



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA - UAHis
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

**UMA ANÁLISE DO PARADIDÁTICO “O ÍNDIO QUE MORA EM NOSSA CABEÇA”
E SUA INTERFACE COM O ENSINO DA SOCIOLOGIA E A LEI 11.645/08**

PRISCILA DE ALMEIDA SILVA

CAMPINA GRANDE-PB
DEZEMBRO DE 2018.

PRISCILA DE ALMEIDA SILVA

**UMA ANÁLISE DO PARADIDÁTICO “O ÍNDIO QUE MORA EM NOSSA CABEÇA”
E SUA INTERFACE COM O ENSINO DA SOCIOLOGIA E A LEI 11.645/08**

Artigo de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação Para Relações Étnico-Raciais.

Aprovada em _____ de dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Silêde Leila Oliveira Cavalcanti (Orientadora)

Prof. Dr. Celso Gestermeier do Nascimento de Souza Oliveira (Examinador Interno)

Profa. Dra. Valdirene Pereira de Souza (Examinador Externo)

UMA ANÁLISE DO PARADIDÁTICO “O ÍNDIO QUE MORA EM NOSSA CABEÇA” E SUA INTERFACE COM O ENSINO DA SOCIOLOGIA E A LEI 11.645/08¹

Priscila de Almeida Silva *

RESUMO: Este presente estudo procura avaliar a questão a cultura indígena no ensino médio na disciplina de sociologia, onde este trabalho é a uma pesquisa conjunta para a conclusão do curso de especialização em Educação para as Relações Étnicos-Raciais, no qual estudo é uma avaliação dinâmica, da maneira de pensar e passar um conteúdo partindo da análise do livro “O Índio que mora na nossa cabeça” como recurso paradidático, disponibilizado para as escola públicas e sua relação com a aplicação da lei 11.645/08 que estabelece a sua obrigatoriedade de transmissão na educação pública brasileira. No presente estudo foi aplicado metodologias de abordagens e desenvolvidas a partir da leitura bibliográfica, contidas no paradidático sobre a temática indígena e o ensino de sociologia, tal como as experiências proporcionadas no ensino médio na disciplina de sociologia, na Escola Irmã Stefanie, na cidade de Campina Grande, localizada no estado da Paraíba, com o objeto geral de passar a compreensão da representação da cultura indígena. Trazendo desta forma um discurso sobre a abordagem da cultura indígena a ser perpassa para os alunado de maneira a não personificar e estigmatizar, possibilitando a construção de uma realidade que se insere no meio social dos alunos, colocando os povos indígenas como parte integrante e importante da construção da historicidade cultural do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: sociologia, cultura, indígena, representação.

ABSTRACT

This study seeks to assess the issue of indigenous culture in high school in the discipline of sociology, where this work is a joint research for the completion of the specialization course in Education for Ethnic-Racial Relations, in which study is a dynamic, of the way of thinking and to pass a content starting from the analysis of the book "The Indian that lives in our head" as a paradidático resource, made available to the public schools and its relation with the application of the law 11.645 / 08 that establishes its obligation of transmission in the Brazilian public education. In the present study methodologies of approaches were developed and developed from the bibliographical reading, contained in the paradidático on the indigenous subject and the teaching of sociology, as well as the experiences offered in high school in the discipline of sociology, in the Irmã Stefanie School, in the city of Campina Grande, located in the state of Paraíba, with the general object of passing the understanding of the representation of indigenous culture. Bringing in this way a discourse on the approach of the indigenous culture to be perpassed to the students in a way not to personify and stigmatize, making possible the construction of a reality that is inserted

¹ Artigo apresentado para conclusão do Curso de Especialização em Educação para as Relações Étnicos-Raciais turma III, UFCG/ Campina Grande – PB, 2018.

* Aluna do curso de Ciências Sociais, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, UFCG, Campina Grande – PB, e-mail: priscilanina13@gmail.com.

in the social environment of the students, placing the indigenous peoples as an integral and important part of the construction of Brazil's cultural historicity.

Key words: sociology, culture, indigenous, representation.

1. A EXPERIÊNCIA SOBRE O ESTUDO DA CULTURA INDÍGENA E O ENSINO DA SOCIOLOGIA

O interesse por este estudo sobre a cultura indígena e a forma que pensamos e o que no livro didático “Sociologia de Hoje” da editora Ática (MACHADO,2013), veio por meio do estágio supervisionado em Ciências Sociais na escola Estadual da Prata CG/PB, no ano de 2014, no qual percebi entre os alunos a falta de conhecimento sobre as comunidades indígenas na Paraíba, onde estes próprios estudantes relataram não saber da existência desses povos no estado, pois para a mídia o indígena só é focado na Amazônia.

“O efeito colateral dessa fixação que nossa mídia e nossos artistas mantem com essa figura do índio “original”, “puro”, é que fica sendo permanentemente alimentada a impressão de que é só lá, na Amazônia, que vivem “índios de verdade”, como se os demais indígenas já tivessem perdido seus costumes, já não tivessem mais a mesma relação com a natureza que tinham seus ancestrais(...)”²

Percebendo esta necessidade de ampliar o conhecimento ou a falta dele em sala de aula, comecei a estudar sobre cultura indígena, onde a disciplina de Etnologia que paguei na graduação me fez perceber a gama de diversidade que compõe esta cultura e sua importância na construção da identidade étnica brasileira, ampliando o meu conhecimento em sala de aula, fazendo com que não me reter-se as informações colocadas nos livros didáticos de sociologia no ensino médio.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da leitura bibliográfica sobre a temática indígena, abordado na disciplina de sociologia no ensino médio, no qual o

² PIMENTEL, Spency. O Índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas. – São Paulo, 2012, p.56.

seu estudo é dividido de acordo com os campos das Ciências Sociais, em cada série do ensino médio: Antropologia, Sociologia e Ciência Política, onde a proposta curricular do 1º ano vem explicar sobre o conteúdo antropológico, que busca compreender o ser humano e suas várias composições de modo de vida, tendo como destaque deste estudo a cultura indígena no Brasil, fazendo uma ligação analítica com o paradidático *“O Índio que mora na nossa cabeça: Sobre as dificuldades para entender os povos indígenas”*³. Com isso se fez abordar de modo mais reflexivo a conjuntura educativa da pesquisa, na qual aplicou-se o método qualitativo que orienta as bases teóricas do ensino de Sociologia em sala de aula, bem como as Orientações Curriculares Nacionais.

A cultura indígena tem papel fundamental para a constituição social brasileira, com isso entendemos a necessidade de formar jovens que identifique o índio como parte integrante dessa sociedade, e, como ator fundamental na formação política, sociocultural e histórico, tendo em vista o grande legado cultural que têm sobre esta nação. Este trabalho tem como objetivo analisar a construção da cultura indígena a partir da análise do paradidático *“O Índio que mora em nossa cabeça”* e sua interface com o ensino da sociologia e a lei 11.645/08⁴, confrontando questões que dizem respeito a uma abordagem não personificada da cultura indígena, bem como compreender qual a visão atual dos estudantes para com a cultura indígena no Brasil, no qual este trabalho é a uma pesquisa conjunta para a conclusão do curso de especialização em Educação para as Relações Étnico-Raciais, ou seja, será avaliado neste trabalho o conteúdo pedagógico em relação à ressignificação e a forma como a cultura indígena é transmitida para os estudantes do ensino médio da E.E.E.F.M Irmã Stefanie - CG / PB.

2. OS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA E AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

A base deste estudo de cunho sociológico, partiu das teorias clássicas da Sociologia para se “pensar na educação”, como isso possibilitar o confronto de

³ Idem, ibidem.

⁴ Em 10 de março de 2008, a lei se responsabilizou por alterar e estabelecer novas diretrizes e bases à educação nacional, tornando obrigatória à temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas salas de aula.

dilemas que distorcem a construção do ensino e aprendizagem, não só no estudo sociológico, mas em toda realidade social, pois a influência da educação faz parte de nossa herança cultura e histórica.

De início, é necessário citar três principais teóricos que deram particular relevo às questões relacionadas com a Educação na sociedade, quais sejam: Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber.

No pensamento marxista, a educação é um lugar de produção ideológica dos interesses dominantes (a burguesia); em Durkheim, a educação é apresentada como instituição integradora essencial à ordem social; já no ponto de vista weberiana, a educação é fonte de um novo princípio de controle, enquanto racionalidade instrumental de dominação burocrática. Se em Marx a educação pode oprimir ou emancipar o indivíduo, ou seja, no sentido de libertação; em Durkheim, a educação é a construção pelo qual ele se contorna membro de uma sociedade. Weber vai mais longe: a educação é fator de escolha e de estratificação social. Marx e Durkheim centraram-se no poder das forças externas ao indivíduo; Weber centrou-se na capacidade de ação do indivíduo sobre o exterior.

Os três autores partilham uma orientação comum, apesar das divergentes abordagens teóricas, no qual unanimemente trataram a educação como instituição social macroscópica, e não um acumulado de organizações ou como um conjunto de coletividade, nem um amontoado de propriedades separadas, onde Marx, Weber e Durkheim colocaram também firmemente a instituição educacional na estrutura social e sua analogia com outras instituições eram a chave para abarcar um esforço da mudança educacional. Apesar de só Durkheim tenha teorizado intensamente sobre as reais construções de desenvolvimento educacional, nenhum deles deixou dúvidas de que esta deveria ser uma parte integrante das macroteorias.

Para Marx, a modificação educacional nasceu do jogo dialético entre infraestrutura e superestrutura, enquanto que, para Weber, ela estava associada à dinâmica de burocratização; já para Durkheim, ela estaria, e deveria estar, unida a ação política e, desse modo, ao aumento de uma sociedade orgânica integrada e normativa.

Tendo foco a partir deste contexto, o pensamento durkheimiano serviu de base e ofereceu as técnicas fundamentais para a edificação de uma sociologia da educação muito dominante ao logo do século XX.

Um dos mais importantes sociólogos a avaliar a educação contemporânea sob influência do modelo de Durkheim é o também francês Pierre Bourdieu, onde neste momento trata-se aqui de um modo mais impactante do que o padrão de Durkheim, que leva às últimas consequências o ponto de partida segundo o qual o indivíduo está submetido ao controle das estruturas da sociedade.

Colocando em meio ao cenário do presente estudo com relação ao paradidático na construção da cultura indígena no ensino sociologia, se edifica a partir de uma visão mais abrangente sobre a problematização do conteúdo ministrado, onde as sociedades são condicionadas a aceitar certos tipos de padrões pré-estabelecido, onde certas leituras que priorizam uma forma elitizada da sociedade predominante no país “branca”, sugerindo uma hierarquia racial, como segundo o autor Bourdieu descreve que *somos “uma espécie de marionetes das estruturas dominantes”*⁵, onde este autor relata em uma das suas obras a *“A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino”*⁶, que abrange uma verificação ampla sobre a produção e reprodução do sistema de ensino, onde este foi um dos elementos principais para a desnaturalização de algumas visões eurocêntrica que tinha sobre a educação, refletida nos métodos pedagógicos passado em sala de aula. Nota-se nas leituras da obra de Bourdieu que a função da educação era e é ainda da reprodução das desigualdades sociais, em que os marginalizados são as classes dominadas, que dentro da escola aprendem a lógica elitista e devem reproduzi-la em suas práticas sociais.

3. A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.684/08⁷ E O CURRÍCULO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA

No que contorna o ensino de sociologia a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9.394/96), trouxe um novo paradigma para a reforma da educação nacional, alcançado ao longo da década de 1990. No ano de 2008 no decreto Lei 11.684/08

⁵ RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, 6 .ed, I. reimp. 8000 exemplares, p. 80.

⁶ BOURDIEU Pierre ; PASSERON Jean-Claude , A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino, (Tradução: Reynaldo Bairão e revisada por Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta), Ed. Vozes 2ª edição 2009, p.266.

⁷ Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

que, por lei, dá obrigatoriedade ao ensino da Sociologia no Ensino Médio, as políticas educacionais, para atingir seus objetivos, teve que adequar os currículos escolares, segundo as Diretrizes, subdividindo-se nas seguintes áreas de saber: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências da natureza, matemática e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; e a formação cidadã e trabalhista através de uma instrução contextualizada e interdisciplinar.

No que rege as Orientações Curriculares Nacionais de Sociologia, partem de quatro fundamentos na perspectiva para o conhecimento de sociologia no ensino médio: o estranhamento, a desnaturalização, o letramento e a escrita. O ensino de Sociologia torna-se cada vez mais necessário para o aprendizado, pois possibilita a compreensão das mudanças constantes em nosso contorno social, mostrando para o aluno uma visão mais realista e crítica do meio em que vivemos e seus desdobramentos.

4. A HISTORICIDADE INDÍGENA: LUTAS E DIREITOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A Educação ao longo da história do Brasil, tem cristalizado imagens sobre os índios nos livros didáticos, que de certo modo condicionam a visão das crianças e jovens, de modo a generalizar essas populações, projetando determinadas lacunas em seu contexto histórico, desde os tempos da invasão colonial aos dias atuais, isso terminar favorecendo a exclusão ou, pelo menos, o esquecimento da presença indígena na sociedade e na cultura brasileira. Quando falam dos índios em boa parte dos livros didáticos de sociologia no ensino médio, costumam a apresentá-los aos alunos em constates com os brancos, tomados como o termo referente, como se branco caracterizasse a “sociedade nacional”, na qual o indígena seria apenas “o outro”. Os índios eram quase sempre enfocados no passado, aparecendo como coadjuvantes e não como sujeitos históricos, à sombra da atividade dos colonos europeus. Os índios do presente e do futuro tendiam a ficar ocultos, como se fossem desaparecer por um processo natural de desenvolvimento. Assim, predominava a noção de um índio genérico, ignorando a diversidade cultural que sempre existe entre essas sociedades. Apenas nos últimos anos houve a inclusão da pluralidade como valor positivo de fato e o conseqüente reconhecimento dos indígenas como parte importante da nossa sociedade e sua cultura como significativa na conformação da

nacionalidade brasileira. Esse processo não deixa de apresentar contradições, com políticas escolares que a um só tempo defendem a pluralidade e mantêm esquemas de classificação que excluem o índio da sociedade brasileira, estas contradições aparecem traduzidas nos trabalhos em sala de aula e no pouco conhecimento que revelam ter sobre a diversidade étnica indígena. Assim o grande desafio há mais de duas décadas de regime democráticos, consiste em fazer com que a escola possa, de maneira efetiva, incluir a temática indígena na sala de aula. A escola por seu papel de formação da criança adquire um potencial estratégico capaz de atuar para que os índios passem a ser considerados não apenas um “indivíduo”, a ser observados a distância, desprezo ou admiração, mas como parte de uma sociedade diversificada que é a brasileira.

No que se refere ao conhecimento das lutas desses povos indígenas no Brasil, temos a partir dos acontecimentos históricos ao longo dos anos, identificar a importância que a “terra” tem para esse povo, onde século XIX, com o aumento da escravidão africana, o foco modificou: nesse momento interessava mais as terras do que o trabalho dos indígenas, e foi a partir deste período que as batalhas dos povos indígenas começaram a ganhar contorno na sociedade, em 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Em 19 de abril de 1940, realizou-se o 1º Congresso Indigenista Interamericano em Patzcuaro, no México. Data comemorativa sugerida por representantes indígenas americanos. A data coincidia com a festividades ligadas à primavera no Hemisfério Norte e sugeria o renascimento da temática indígena em todo continente americano. Tanto no México como em diversos países latinos americanos, governos nacionalistas encontraram nos índios uma contrapartida local aos heróis usados por outros nacionalistas na Europa. Ex: Antigos romanos na Itália, germanos na Alemanha e etc.

Movidos por tais motivações, em plena ditadura do Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas assinou o decreto da lei nº 5.540/1943, declarando o dia 19 de abril como Dia do Índio. A temática indígena nos livros didáticos na Era Vargas (1930-1945), eram mencionados em três contextos de aprendizagem: português, geografia e história.

No período da ditadura militar foi criada o Estatuto do Índio, lei de 1973, com um olhar de imposição como Pimentel cita “(...) *é fazer com que o outro deixe de ser como ele é e se torne como nós. Chama a atenção que não se menciona a vontade,*

*o desejo dos povos indígenas(...)*⁸, ou seja uma interação força, pois ainda não existia a vontade do outro, no que diz respeito a cultura indígena, uma visão ainda evolutiva sobre o desenvolvimento do país, pois está cultura era tida como diferente, arcaica e permitiria o atraso do Brasil, então se tinha que se alinhar aos meios tecnológicos que proporcionava o crescimento da população,

*“(...) Ele determinava que, conforme o “grau de interação”, o grupo indígena tinha mais ou menos direito. No artigo 2º, sobre a responsabilidade dos órgãos públicos quanto às populações indígenas, especifica-se, no inciso II, que o estado deverá prestar assistência “aos índios e às comunidades indígenas ainda não entregadas à comunidade nacional” – ou seja, dá a entender que, se uma comunidade indígena já é “integrada”, ela que se vire sozinha.”*⁹

Neste aspecto colocado na passagem acima, se viu com grande destaque no período da ditadura no Brasil um etnocídio nas comunidades indígenas, ou seja, a destruição sistemática do modo de vida e pensamentos de povos diferentes

Em 1967 foi se moldando o contorno social das comunidades indígenas de modo positivo, a estrutura diversificada das etnias indígenas com a ajuda da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), cuja se apresenta como novo modelo de representatividade, em respeito ao direito a posse da terra aos indígenas. Uma vez que suas tradições estão diretamente ligadas a terra e a natureza que compõem toda a mística das crenças indígenas.

Na década de 1980 consolidou um discurso militarista contra indígenas, visto como ameaças à segurança nacional por estarem em zonas de fronteiras, passando por torturar, mortes e repressões por parte de suas crenças. Entretanto, a Constituição Federal de 1988 marcou a virada reconhecendo o direito das populações indígenas à posse da terra e à conservação de seus costumes e tradições.

O contexto em que surgiram essas novas leis e parâmetros para a educação brasileira, implicou que a escola procurasse preparar o aluno para ser um trabalhador

⁸ PIMENTEL, Spency. O Índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas. – São Paulo, 2012, p.33.

⁹ Idem,ibidem.,p.33.

que correspondesse e reproduzisse os padrões do capital mundial. A intenção é de formar um sujeito empreendedor, criativo, competitivo, apto para as mudanças tecnológicas constantes. No que se refere à Lei 11.645/08¹⁰: percebemos como resultado de um processo histórico das mobilizações tanto dos povos indígenas, quanto de instituições não governamentais e outros grupos sociais, em prol do reconhecimento e respeito às sociodiversidades étnico-raciais que perpassou o âmbito nacional.

No currículo escolar deve ser ensinado tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, diversos aspectos da história e cultura, que caracterizam a formação da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos (afro-brasileira e indígenas), enfatizando contribuições de ambas as culturas, no que se refere: as áreas sociais, políticas, econômicas e culturais da história do Brasil.

Para os indígenas, a aprovação da lei, pode significar uma grande vitória, na medida em que sua histórias passam a ser registradas e contadas por professores muitos deles da própria sociedade indígena, enriquecendo sua identidade, língua e sobretudo, sua condição étnica cultural. Para as escolas e educação em geral, significa também uma conquista, que traz a possibilidade de dialogarmos com a literatura e mitologia indígena e africana, apresentando nas salas de aula novas noções de história, tais como história oral, onde novos olhares e sujeitos históricos são introduzidos.

5. O DIFERENCIAL NA LEI 11.645/08 AO ENSINO DE SOCIOLOGIA A PARTIR DO PARADIDÁTICO “O ÍNDIO QUE MORA EM NOSSA CABEÇA”

O livro “O Índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas”, esta obra do ano 2012, faz parte do acervo distribuído as escolas públicas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no âmbito do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE Temática), do autor Spensy Pimentel, doutor do Departamento de Antropologia Social da FFLCH-USP e pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios (Cesta, antigo NHII). É um paradidático muito importante para a formação dos professores e um reforço a obrigatoriedade da Lei

¹⁰ Em 10 de março de 2008, a lei se responsabilizou por alterar e estabelecer novas diretrizes e bases à educação nacional, tornando obrigatória à temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas salas de aula.

11.645/08, trabalha temática indígena em sala de aula, oferecendo aos alunos uma perceptiva mais atualizada sobre a realidade da presença indígena no território nacional, estimulando questionamento que proporcionaram tanto ao educador como aos alunos, a quebra de várias noções preconceituosas, que são preconcebidas pelas mídias e outros meios de comunicação. É exposto de maneira clara e ampla a historicidade, a composição social, política e econômica desses povos, onde no paradigma de Pimentel recriou possibilidades de um conhecimento para projetar certas indagações em sala de aula, sobre os obstáculos que enfrentamos para entender que os povos indígenas, não o que sabemos, mas o que pensamos sobre eles e de que forma esta visão desmonta idealização e preconceitos.

“[...]Ele busca, sobretudo, identificar uma série de mal-entendidos que ainda persistem entre indígenas e não indígenas, como o objetivo de “limpar” os canais de comunicação entre as duas partes.”¹¹

Quando se fala do termo “índio”, foi posta aos habitantes da América pelos colonizadores, que durante muito tempo chamaram a América de Índias Ocidentais. Cada etnia ou grupo indígena tem suas particularidades de línguas, crenças e costumes, onde se viu generalizar a uma visão colonizadora de única cultura, fazendo como que vários povos mudassem seu modo ver, e falar e até certo modo acreditar, projetando uma única língua “o português” e uma única religião “o cristianismo” para que não houve disparidade para o alcance dos objetivos dos invasores, que era o progresso, ou sejam uma aceitação indiscutível de uma verdade um dogma estabelecido.

Para se falar de qualquer cultura que seja é preciso rever este conceito de “cultura”, que se deu a partir das descobertas de novas terras pelos os europeus no século XIX, gerando um interesse dos colonos tanto econômicos e o como para estudo das sociedades que ali habitavam, bem abordada por Pimentel nesta passagem:

¹¹ **PIMENTEL**, Spency. O Índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas. – São Paulo, 2012, p.9.

“A forma clássica de definir cultura, nesse contexto, foi criada por um evolucionista, o inglês Edward B. Tylor, em 1871. Para ele, cultura seria o “todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, leis, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.”¹²

Muitas vezes se falava de várias culturas sem dá a voz ao próprio indivíduo que pertencia a ela gerando estereótipos sobre determinadas culturas isso se caracterizou muito no século XIX entre os intelectuais.

“Uma vez que essa ideia foi sendo debatida, modificou-se progressivamente, mas embora fizesse sentido para muita gente, o fato é que cada um define a “cultura” de uma forma.”¹³

Foi surgindo outros termos que apropriaram sobre um viés das realidades culturais afro-brasileira e indígena. A partir de 1960 a Antropologia foi expressando uma forma mais dinâmica de pensar nas diferenças, como uma garantia de direitos, que vai além do termo cultura, que são a etnicidade.

“O conceito de etnicidade descreve um grupo que auto define e é definido por outros como diferente, que supõe algum tipo de identificação coletiva, como o compartilhamento de uma história comum. O grupo étnico não é definido por seu conteúdo, mas sim em contraposição a outros. Um grupo étnico só se define em relação a outro, e o conceito de etnicidade é sempre relacional. Não há etnicidade num grupo isolado, pois o que constitui a etnicidade é justamente o contraste com outros grupos.”¹⁴

¹² Idem, ibidem., p.36.

¹³ Idem, ibidem., p.36.

¹⁴ MACHADO, Igor José de Renô. Sociologia de hoje– 1. Ed. São Paulo: Ática, 2013, p.69.

E o conceito de identidade sugeri que nós como indivíduos somos moldados a todo momento, por experiências entre os grupos sociais, pode se dizer que é uma personalidade individual, onde parte de nossas escolhas e gostos. Estes termos tem um objetivo social, utilizados como um instrumento político de reivindicação de direitos e a quebra dos conceitos de cultura do estático ou aculturação (perda da cultura) visão evolucionista propaga desde a colonização, que pregava a cultura imutável e cristalizada tinha que ser preservada, tendo em vista que o seu desenvolvimento ou assimilação com outras culturas, possibilitaria a sua perda. A ressignificação é o que compõem a cultura indígena hoje, ao seja, é se inserir no mundo compartilhando saberes, absorvendo várias informações, garantindo desta forma a sua voz, sua vez no seu território.

“Etnicidade surgiu a partir das lutas das minorias discriminantes nas sociedades centrais do capitalismo foram acompanhadas do uso dos termos etnicidade e identidade étnica.”

O que tem que ser percebido quando se fala de direitos a qualquer cultura que seja, é o pertencimento do indivíduo associado a raça ou aspectos das tradições e costumes dos seus antepassados, isso implica diretamente no que rege a lei, é a partir da sua aceitação em incluir seus direitos como diferente a ser incluído na sociedade, e não impor uma escolha, como meio de salvação ou civilização, é entender e respeitar a sua vontade.

“Hoje, costumamos falar em povos em situação de “isolamento voluntario”. Isso porque há muitas evidencias de que esses indígenas, em geral, são descendentes de grupos que já tiveram, no passado, contato com os não indígenas e, após situações de confronto ou algum problema (como uma epidemia, por exemplo), resolvendo simplesmente que era mais seguro fugir dos brancos.”¹⁵

¹⁵ PIMENTEL, Spency. O Índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas. – São Paulo, 2012, p.28-29.

A partir do imaginário que temos sobre o índio, e a quebra da nossa vida a partir do conhecimento sobre esta cultura, a pergunta que me faço e levo para a sala é, o índio faz parte de você ou ele está distante? A forma de pensarmos no outro identifica nossa personalidade e o local que queremos estar inseridos.

É desta forma que esta obra paradidática nos faz refletir, sobre dilemas que compõem a juventude de hoje, o direito de ir e vim, o direito de ter direito. É entender que a natureza é divina, que para se interagir com ela se precisa de permissão, é também identificar que o futebol é um elemento importante para os vários grupos indígenas do Alto Xingu, tal como o rap do Bro MC's entre os Kaiowa e Guarani como instrumento a serviço das lutas indígenas, com os seus cânticos xamânicos, se observa, que *“(...) Não se trata de “perder a cultura” ou ser “aculturado”, trata-se de incorporar elementos que vêm de fora e somar ao que já se tinha, buscando determinados objetos.”*¹⁶

O progresso no país vem em tempos atuais perpassando o seu limite econômico, no momento que invade o direito do outro de simplesmente existir, o cenário das lutas dos grupos indígenas pela preservação de suas reservas é um exemplo disso, que faz com que grande parte dos índios demonstre uma figura imaginária e cristalizada pela mídia televisiva, para que as pessoas o reconheça como índio pelos não indígenas, *“(...)ou seja, moral da história: é preciso muita atenção, porque apesar de os traços culturais às vezes parecerem definir aos nossos olhos determinado grupo, eles estão sempre mudando”*¹⁷, dado que traz uma grande alerta da participação da política a favor dos agronegócios, ao analisar que comunidades indígena, que não se enquadram aos elementos que os não indígenas delimitaram para essas culturas: os cocas, as pinturas, as danças. Deste modo os latifundiários disfrutando de terras que habitam seus ancestrais, da etnia que ali reside, suas crenças e costumes, não é só uma “terra” é um ambiente sagrado de devoção e adoração aos seus xamãs (guias espirituais).

“É preciso, em primeiro lugar, assumir que os saberes e os conhecimentos indígenas não são mentira, não são falsos, nem enganoso. Esses saberes fazem sentido para os grupos

¹⁶ Idem, ibidem., p.43.

¹⁷ Idem, ibidem., p.43.

indígenas, e como tal devem ser entendidos, como discursos e práticas que interagem com a realidade. ”¹⁸

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, o direito à terra tem que preservar a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e fazer com que o grupo indígena que ali habita, tenha condições suficiente de viver de forma digna e prazerosa. O que não encontramos em nossa realidade, como bem levanta Pimentel, nesta passagem:

“Minha pesquisa de campo, nos últimos anos, tem sido entre os Kaiowa e os Guaranis do Mato Grosso do Sul, um dos maiores grupos indígenas do país e, hoje, também um dos mais sofridos, em função de suas terras terem sido arbitrariamente cedidas pelo estado brasileiro a colônia não indígena, ao longo do século XX. Confinados em uns poucos pequenos pedaços de terra que foram demarcados como reservas, eles viram a mata que antes lhe dava sustento ser derrubada para acabar substituída por pastagens e enormes plantações de soja e cana-de-açúcar. ”¹⁹

A relação que se ver neste acontecimento não é a perda da “cultura” e sim da “natureza” que gera a tradição indígena.

6. EXPERIMENTAÇÕES DA LEITURA EM TORNO DA OBRA “O ÍNDIO QUE MORA EM NOSSA CABEÇA”: AS IMPRESSÕES DOS ALUNOS

A partir da leitura do livro “O índio que mora na nossa cabeça” e sua relação com a disciplina de sociologia no ensino médio, onde ministro na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Irmã Stefanie, se viu uma experiência gratificante um conhecimento aplicado em sala de aula, de maneira a levar os alunos ao um mundo ainda não conhecido por completo que a cada dia se faz um redescobrimto de

¹⁸ Idem, ibidem., p.58.

¹⁹ Idem, ibidem., p.80.

várias fontes: linguística, historiográficas, geográficas, estatísticas.

Um dado colocado pelos alunos, foi a respeito do índio fortemente projetado pela mídia só na Amazônia, onde o livro reforça que mais da metade das etnias indígenas não está presente lá, projetando os três estados com mais índices da população é o Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco.

Transmitindo a importância que tem o Xamã ou pajé, na cultura indígena, ele não é só um líder espiritual, mais também um orientador de toda a estrutura mística e social dos grupos.

“Os Conhecimentos que possui uma pessoa respeitada como xamã, ou pajé, podem passar por campos tão distintos como a botânica, a medicina, a zoologia, a ecologia, a etologia animal, a meteorologia, a filosofia, a música, a química, a psicologia, a nutrição e a história, entre outros.”²⁰

Ao adquirir este conhecimento os alunos do ensino médio, ficaram abismados com a importância que essa figura “mil utilidades”, termo colocado por um aluno que vê projetado no pajé o médico, o político, o padre, o professor e orientador da comunidade, tem para a cultura indígena.

É importante ressaltar que esse paradidático é um exemplar distribuído a todas as escolas públicas a disposição dos alunos nas bibliotecas presentes nestas instituições, onde na Escola Irmã Stefanie se registrou a entrega de cinquenta exemplares, no qual só quatro foram encontrados, para discutir com toda a turma, que independente da pouca disponibilidade, conseguiram adquirir conhecimento sobre a cultura indígena, como a ajuda de debates e exposição de seminários em sala, para desta forma todo o grupo usufruir do livro.

Nunca devemos esquecer que a escola por seu papel de formação do jovem, adquire um potencial estratégico capaz de atuar para que os índios passem a ser considerados não apenas como “o outro”, a ser observados a distância, desprezo ou admiração, mas como parte de uma sociedade diversificada que é a brasileira. Este

²⁰ Idem, ibidem., p.69.

estudo possibilita uma ampla avaliação não só sobre o conteúdo didático dos livros, mais sobre a formação dos professores e suas capacidades e habilidades ao tratar da cultura indígena, uma vez que há incentivos nas políticas educacionais que tratam da restrição aos materiais apenas fornecidos pelas entidades governamentais sobre a cultura indígena. Essa reflexão da prática de ensino nos estimula para melhor qualificação entre professor e aluno, no modo de transmitir e de absorver não só uma história mais uma realidade cultural de uma comunidade que faz parte de nossa identidade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU Pierre; PASSERON Jean-Claude , A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino, (Tradução: Reynaldo Bairão e revisada por Pedro Benjamin Garcia e Ana Maria Baeta), Ed. Vozes 2ª edição 2009, 266 pp;
- MACHADO, Igor José de Renô. Sociologia de hoje– 1. Ed. São Paulo: Ática, 2013;
- MICELI, Sergio (Org). História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 2. São Paulo: Sumaré. Fapesp, 1995 .p. 107-231;
- PIMENTEL, Spency. O Índio que mora na nossa cabeça: sobre as dificuldades para entender os povos indígenas. – São Paulo, 2012;
- RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia da Educação. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, 6 .ed, I. reimp. 8000 exemplares;
- SILVA, Maria da Penha. A Diversidade Etnico-racial na escola e a Temática Indígena em questão: discutindo políticas públicas para a efetivação da lei 11.645/08.2012.